

## EDITORIAL

Caras/os leitoras/as, é com imensa satisfação que a Revista Pró-Discente publica a EDIÇÃO ESPECIAL 40 ANOS PPGE-UFES: **Políticas Públicas, Democracia e Educação**, em conjunto com o segundo volume do ano de 2018, com o propósito de socializar pesquisas e reflexões na área da Educação, sobretudo no campo da política educacional. Os artigos que compõem esta edição foram publicados pela primeira vez no período de 1995 a 2003, por pesquisadores (mestras/es e mestrandas/os em Educação) do PPGE/UFES à época, quando a Revista era publicada apenas por meio impresso.

Conquanto seja de duas décadas ou mais o tempo passado desde à primeira vez em que foram publicados, os textos permanecem atuais e os temas fundamentais tanto ao debate no campo científico da política educacional, quanto aos processos educativos desenvolvidos no âmbito da escola. Importa destacar que esse volume trata de textos sobre temas concernentes à educação escolar, de modo específico: direito à educação com igualdade; projeto político-pedagógico; autonomia na gestão escolar; planejamento da educação profissional; gestão democrática da escola pública e; Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O primeiro artigo, “A Educação de Jovens e Adultos no Espírito Santo – Políticas Públicas: panorama retrospectivo 1930 – 1998”, de autoria de Maria Lúcia Grossi Zunti, publicado no ano de 1998, apresenta um relatório de pesquisa realizado a partir de dados levantados por meio de um estudo independente. A autora apresenta uma análise histórica a partir de dados sociais, políticos e econômicos e as relações com as políticas educacionais implementadas a nível nacional e a nível estadual voltadas para o atendimento de estudantes inseridos na Educação de Jovens e Adultos.

Para isso, analisa dados quantitativos com relação a população alfabetizada e não alfabetizada; em idade escolar não atendida e atendida; aos índices de evasão, reprovação e aprovação. No recorte histórico analisado pela autora, percebe-se a desresponsabilização da União no planejamento e financiamento de uma política nacional voltada para a educação de jovens e adultos.

O segundo artigo, “Autonomia instrumental x Autonomia Política: suas implicações para a gestão e o projeto político-pedagógico da escola”, de autoria de

Gilda Cardoso de Araújo, foi publicado no ano de 1997. O texto ressalta a dificuldade em discutir autonomia, gestão e projeto político-pedagógico da instituição escolar naquele período, visto que a conjuntura era de “desreferencialização do real” e redução da esfera política. Duas décadas depois, a fragmentação das políticas, a necessidade de enfrentamento e os desafios necessários à defesa da gestão democrática, da qualidade do ensino público e da construção do projeto político-pedagógico de forma coletiva e participativa estão cada vez mais latentes na realidade educacional. Haja vista as organizações conservadoras e retrógradas como a “Escola sem Partido”.

O terceiro artigo, de autoria de Terezinha Maria Schuchter de Oliveira, intitulado “Gestão Democrática da Escola Pública”, foi publicado pela primeira vez no ano de 1995. Apresentou dados da primeira fase da pesquisa de título semelhante ao do artigo, e se desenvolveu a partir de 1994 em escolas públicas dos municípios que integravam a Grande Vitória (Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica e Viana). A partir de uma rigorosa metodologia, a autora chega a conclusões sobre os procedimentos de democratização da gestão escolar, apresenta limites da gestão democrática e descreve desafios educacionais que ainda hoje perpassam o interior das escolas de forma significativa.

Importante ressaltar que o este trabalho é publicado junto a um apêndice referente ao mesmo, cujo conteúdo a própria autora produziu especialmente para esta edição que publicamos em 2018, onde analisa, após os mais de vinte anos passados, em que medida tais questões se apresentam. Literalmente um presente para a Revista e para nossas/os leitoras/es, pois contamos com um parecer da própria autora, no que tange à configuração contemporânea acerca da gestão democrática.

No quarto artigo intitulado “O PLANFOR/98 no ES: Análise dos relatórios da supervisão aos cursos ministrados pelas entidades de formação profissional no programa estadual de qualificação PEQ/ES” de autoria de Marcelo Lima é proposta a análise crítica dos relatórios elaborados pelos supervisores dos cursos profissionalizantes ministrados no âmbito do Programa Estadual de Qualificação do Espírito Santo no ano de 1998. O autor destaca positivamente a quantidade de cursos ministrados que buscam cotemplar as potencialidades econômicas do estado.

Aponta que participaram do programa trabalhadores empregados indicados pelos sindicatos e outras instituições e desempregados a partir do cadastro constante no Sistema Nacional de Emprego Geral (SINE). Ressalta a baixa carga horária atribuída aos cursos quando comparadas as cargas horárias de outros cursos ministrados por

outras instituições de formação profissional e a falta de articulação e continuidade dos cursos, concluindo que o programa não atendeu as necessidades de formação profissional no estado mesmo configurando-se como uma alternativa para trabalhadores desempregados.

No quinto artigo “O princípio da igualdade como eixo norteador do direito à educação”, as autoras, Girlene Gobete e Núbia Faria Spinassé, buscam a reflexão em torno das relações entre o direito à Educação e a garantia da equidade social a partir do aporte teórico de Jean Jacques Rousseau. Ressaltam como marco histórico o período de transição do século XX para o XXI, sendo observadas alterações nas relações sociais que provocaram transformações no mundo do trabalho, impactando no aumento das desigualdades das condições socioeconômicas. Nesse contexto, discorrem as autoras, a Educação é destacada, no âmbito do Estado, como um instrumento na diminuição de tais desigualdades, e que, para alcance desse objetivo, é necessário o planejamento de políticas educacionais comprometidas com a garantia da equidade social.

O sexto e último artigo, de autoria de Eliza Bartolozzi Ferreira, “Projeto Político-Pedagógico da Escola Pública: algumas considerações”, publicado em 1996, reflete sobre o aprimoramento da gestão democrática nas escolas públicas por meio da elaboração coletiva do projeto político-pedagógico. Ressalta os princípios necessários a elaboração do projeto político-pedagógico de forma que a instituição educacional pública possa contribuir, a partir de uma concepção de sociedade mais igualitária, para a transformação das relações sociais estabelecidas no contexto da modernidade. Destaca as relações que podem ser estabelecidas entre a elaboração do projeto político-pedagógico e a implementação de uma Educação de qualidade, possibilitando o conhecimento acerca do contexto educacional, contribuindo para o processo de reflexão-ação diante do cenário brasileiro.

Os artigos aqui republicados contribuem de forma significativa para a reflexão e ação acerca do planejamento e implementação das políticas educacionais no Brasil. Nesse sentido, analisar as mudanças políticas, econômicas e sociais nos diferentes contextos, possibilita as análises em torno das permanências e das mudanças que possam ocorrer, bem como, para o sentido em que apontam. Dessa forma, as/os pesquisadoras/es em políticas educacionais cooperam para o campo científico da Educação, e podem incidir no processo de planejamento, implementação e avaliação das políticas educacionais.

Nessa perspectiva, as/os pesquisadoras/es inseridas/os no Programa de Pós-Graduação em Educação do Espírito Santo (PPGE-UFES) apresentam importantes ponderações a respeito dos elementos em disputa, na garantia de uma Educação de qualidade comprometida com o aprimoramento dos processos democráticos de forma a favorecer a busca pela equidade social.

No contexto atual, a partir do golpe-jurídico-parlamentar-midiático, imposto em 2016, de retrocessos observados por meio da retirada de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, desenvolver pesquisas que apontem para a superação do contexto vivido configura-se como um importante ato de resistência. Deste modo, desejamos que tais artigos inspirem nossas produções acadêmicas, políticas e sociais.

Prof<sup>a</sup>. Ms. Roberta Freire Bastos<sup>1</sup>

Prof<sup>a</sup>. Ms. Sue Elen Lievore<sup>2</sup>

Membras do Comitê Editorial

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), na linha de pesquisa “Educação, Formação Humana e Políticas Públicas. Bolsista CAPES/DS. Mestra em Educação (PPGE-UFES) e Pedagoga (UFES). Atuou como pedagoga nas redes municipais de Cariacica/ES e de Serra/ES. É integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (NEPE) do Centro de Educação da UFES.

<sup>2</sup> Doutoranda (2017) e Mestra (2013) em Educação no Programa de Pós-Graduação da UFES. Graduada em Pedagogia com habilitações em Magistério nas Séries Iniciais, Gestão Educacional e Magistério da Educação de Jovens e Adultos pela UFES (2008). Atualmente é professora da rede municipal de Serra/ES. Membro do Conselho Municipal de Educação e do Fórum Municipal de Educação da Serra/ES. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (NEPE/UFES). Membro no Fórum Nacional Popular de Educação representando o NEPE/UFES. Atuou como Secretária Executiva no Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (2016-2017). Tem experiência na área da Educação, com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: política e planejamento educacional; gestão escolar; trabalho docente; sindicalismo docente.